

Fim da escala de trabalho 6X1 terá transição de um ano

Relatório de Leo Prates foi lido e será votado na comissão na quarta-feira

Por Gabriela Gallo

O fim da jornada de trabalho na escala 6X1 (em que o empregado trabalha seis dias da semana e descansa somente um) está mais próximo do fim. Reunião pela manhã entre os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fechou um acordo no qual se estabeleceu um ano de transição para que efetivamente haja a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais.

Com isso, a previsão é que a Comissão especial da Câmara dos Deputados vote nesta quarta-feira (27) o relatório final da Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Uma vez aprovada na comissão, a medida segue para votação no plenário da Casa na quinta-feira (28). Com o acordo feito para amenizar efeitos imediatos da medida, a expectativa é de aprovação.

Horas antes de o relator da PEC na Câmara, deputado federal Leo Prates (Republicanos-BA), apresentar o parecer final da proposta na comissão da Casa na noite desta segunda-feira (25), o presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos-PB) adiantou em uma coletiva de imprensa que



Lula Marques/Agência Brasil.

Regra de transição foi acordo para facilitar aprovação do texto de Prates

o período de transição da redução da jornada de trabalho será de um ano após a promulgação do texto, ou seja, após ele ser aprovado na Câmara e no Senado.

Apelos

Após 60 dias depois da promulgação do texto será determinada a redução de duas horas da jornada de trabalho, passando a ser de 42 horas semanais. As duas horas restantes serão reduzidas após 12 meses após esse período. Além dis-

so, a redução da jornada 6X1 para a escala 5X2 (quando o trabalhador tem dois dias de folga) também deve ser implementada após 60 dias da promulgação do texto.

“Isso atende a um apelo da classe trabalhadora. Também escuta o setor produtivo, ao dar um tempo para que os setores possam se organizar, e nós vamos com isso garantir essa transição”, destacou

Motta, em entrevista coletiva.

Ele reiterou o que a base governista considerou inegociável

para a PEC da nova jornada de trabalho: a redução para 40h, o fim da escala 6X1 se convertendo ao menos em escala 5X2 e que essas mudanças ocorram sem redução salarial.

O período de transição da redução da jornada de trabalho para trabalhadores contratados em regime de carteira assinada, que seguem a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), era a principal desavença entre setores. Enquanto a base governista

visava mudanças imediatas, parlamentares da oposição e representantes de setores produtivos pediam um período de transição de 10 anos. Essa desavença foi um dos motivos de Leo Prates ter adiado a apresentação do parecer final na comissão nesta segunda-feira. Inicialmente estava previsto para o texto ser apresentado na última quarta-feira (20).

Relatório

O relatório final apresentado por Leo Prates mantém a regra geral das mudanças quando à jornada de trabalho. Situações de setores específicos e exceções serão discutidos e apresentados mediante apresentação de projetos de lei complementares.

Como adiantado pelo Correio da Manhã, o relatório final determina que para “portador de diploma de nível superior e que perceba remuneração mensal igual ou superior a duas vezes e meia o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social [equivalente a R\$ 21.188,88] não se aplica as regras relativas à duração do trabalho e ao controle da jornada”. A medida não vale para servidores públicos. Esse controle poderá ser do desejo do empregador ou se houver previsão em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Após tumor, Lula inicia radioterapia

Por Gabriela Gallo

Um mês depois de realizar um procedimento cirúrgico para retirar uma lesão do couro cabeludo (denominada carcinoma basocelular), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) começou o seu tratamento preventivo de radioterapia no couro cabeludo. A primeira das 15 sessões do tratamento ocorreu nesta segunda-feira (25) no Hospital Sírio-Libanês em Brasília. De acordo com o Palácio do Planalto, Lula realizará as sessões ao longo de três semanas. O tratamento preventivo não tem efeitos colaterais. Diante disso, ele consegue manter sua agenda de trabalho normalmente.

Ao Correio da Manhã, a médica dermatologista Andressa Vargas explicou que a radioterapia pós-cirurgia “pode ser indicada como tratamento complementar ou preventivo, mesmo quando a lesão foi retirada, para reduzir risco de recidiva”, que é o

possível reaparecimento da doença no local. A medida é recomendada em “áreas delicadas, lesões de maior risco, margens próximas ou comprometidas ou quando se busca preservar tecido”.

Questionada pela reportagem, a dermatologista ainda destacou que, ainda que Lula tenha 80 anos (ele completa 81 anos em outubro), “a idade, isoladamente, não impede a radioterapia”.

“Em idosos, a avaliação considera estado geral, doenças associadas, fragilidade, localização da lesão e tolerância da pele. A radioterapia superficial costuma ser bem tolerada, mas pode causar vermelhidão, ardência, descamação, sensibilidade local e, raramente, feridas ou cicatrização mais lenta. No caso divulgado, a equipe informou que Lula manterá suas atividades habituais durante o tratamento”, detalhou a profissional de saúde para a reportagem.

Tanto Lula quanto o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro



Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

Radioterapia visa evitar retorno do tumor

(PL) foram diagnosticados com câncer de pele recentemente. O atual presidente da República foi diagnosticado com carcinoma basocelular após identificar ferida no couro cabeludo, e Bolsonaro foi diagnosticado com carcinoma de células escamosas in situ. De acordo com a dermatologista, ambos os casos tratam de “cânceres de pele não melanoma, geralmente associados à exposição solar crônica, mas têm comportamentos diferentes”.

Segundo a profissional, o tumor de Lula é considerado o tipo mais comum, ele costuma crescer lentamente e raramente dá metástases.

“Já o carcinoma de células escamosas, tem maior potencial de invasão local e, em alguns casos, de metástase, especialmente quando ocorre em áreas de risco, tumores maiores, imunossuprimidos ou lesões profundas”, detalhou Andressa Vargas. No caso, porém, de Bolsonaro, não houve gravidade.